

## **ANEXO E**

Iniciativas da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

<b>EIXO SOCIAL .....</b>	<b>2</b>
<b>EIXO AMBIENTAL .....</b>	<b>4</b>
<b>EIXO ECONÔMICO.....</b>	<b>6</b>
<b>EIXO GESTÃO ..</b>	<b>8</b>

## EIXO SOCIAL

<b>Objetivo S1 - Incentivar a economia de impacto e promover a inovação social</b>			
<b>Cód M</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>S1.1</b>	Incorporar a análise dos impactos socioambientais na rotina das contratações públicas	<b>S1.1.1</b>	Inserir, em licitações de grande vulto, exigência de apresentação prévia de contabilidade auditada de impacto socioambiental dos fornecedores
		<b>S1.1.2</b>	Inserir, em licitações de grande vulto, exigência de neutralização de impacto socioambiental gerado na produção dos bens e/ou serviços contratados
		<b>S1.1.3</b>	Adotar metas socioambientais obrigatórias em editais de grande vulto
		<b>S1.1.4</b>	Regulamentar a obrigação de que o licitante vencedor implemente ações de impacto socioambiental positivo
		<b>S1.1.5</b>	Criar matriz de impacto socioambiental para guiar as exigências e a mensuração de impacto positivo nas contratações públicas
<b>S1.2</b>	Promover a resolução de desafios socioambientais por meio de inovações em contratações públicas	<b>S1.2.1</b>	Promover programas de compras voltados à inovação social, estimulando soluções criativas e eficazes para desafios enfrentados pelo setor público
		<b>S1.2.2</b>	Mapear e direcionar os desafios públicos que podem ser atendidos por negócios da economia de impacto
<b>S1.3</b>	Fortalecer a participação de empreendimentos da economia solidária, negócios de impacto, associações e cooperativas nas contratações públicas	<b>S1.3.1</b>	Estabelecer percentual mínimo anual de participação de empreendimentos da economia solidária e negócios de impacto nos editais e nos avisos de contratação pública
		<b>S1.3.2</b>	Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação de negócios de impacto, associações, cooperativas e empreendimentos da economia solidária, prioritariamente geridos ou compostos majoritariamente por grupos sub-representados
<b>S1.4</b>	Fortalecer a participação de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis nas contratações públicas	<b>S1.4.1</b>	Regulamentar nas contratações públicas parcerias entre cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis e reciclados, fornecedores e Estado
<b>S1.5</b>	Estimular a subcontratação de MEs, EPPs, cooperativas e associações	<b>S1.5.1</b>	Instituir critérios e incentivos para a aumento das contratações de MEs, EPPs, cooperativas e associações, seja de forma direta ou por meio de subcontratação

**Objetivo S2 - Promover a adoção de práticas de equidade e inclusão nas contratações públicas, com vistas a ampliar a representatividade racial, de gênero e social da base de fornecedores**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
<b>S2.1</b>	Fomentar uma cultura de valorização da presença de mulheres, pessoas negras e de grupos sub-representados no ambiente de trabalho	<b>S2.1.1</b>	Instituir critérios e incentivos para fornecedores que comprovem a implementação de ações de valorização da diversidade, inclusão e equidade de gênero
		<b>S2.1.2</b>	Instituir critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para fornecedores que comprovem a contratação e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade e de grupos sub-representados
		<b>S2.1.3</b>	Criar regramento e orientações para o atendimento das necessidades específicas de gênero e de grupos sub-representados nas contratações públicas
		<b>S2.1.4</b>	Ampliar o percentual de negócios liderados por mulheres, pessoas negras e de grupos sub-representados contratados pela administração pública, por meio de programa de capacitação, simplificação de exigências e uso progressivo de incentivos
		<b>S2.1.5</b>	Criar instrumentos legais e diretrizes de governança corporativa responsáveis e inclusivos

**Objetivo S3 - Difundir a adoção de práticas ASG nas contratações públicas**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
<b>S3.1</b>	Difundir a adoção de práticas ASG nas contratações públicas	<b>S3.1.1</b>	Elaborar Política de ASG (Ambiental, Social e Governança) para fornecedores de contratações públicas, com metas obrigatórias gradativas
		<b>S3.1.2</b>	Reconhecer, promover e replicar exemplos de boas práticas de ASG (Ambiental, Social e Governança) em contratações públicas
		<b>S3.1.3</b>	Estruturar mecanismos de incentivo destinados aos fornecedores com práticas de responsabilidade social

## EIXO AMBIENTAL

**Objetivo A1 - Promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
<b>A1.1</b>	Incorporar critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas	<b>A1.1.1</b>	Regulamentar a exigência de apresentação prévia de contabilidade de impacto socioambiental gerado na produção dos bens e/ou serviços ofertados, além da neutralização de impacto negativo após sua contratação
		<b>A1.1.2</b>	Regulamentar a aplicação de critérios sociais e de sustentabilidade nas contratações públicas
		<b>A1.1.3</b>	Incorporar critérios de sustentabilidade de programas de certificação e rotulagem do governo federal nas contratações públicas
		<b>A1.1.4</b>	Elaborar um plano para operacionalizar a mensuração do ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas
		<b>A1.1.5</b>	Criar e implementar padrão de passaporte digital de produtos para permitir rastreabilidade e circularidade
		<b>A1.1.6</b>	Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a locação de determinadas categorias de produtos
<b>A1.2</b>	Reduzir emissões de carbono nas cadeias produtivas de aço, cimento e concreto	<b>A1.2.1</b>	Ingressar e avançar no Compromisso com compras verdes da Iniciativa para a Descarbonização Profunda da Indústria (IDDI) / UNIDO
<b>A1.3</b>	Estimular o uso de matérias-primas e energias renováveis, a eficiência hídrica e energética e a economia circular	<b>A1.3.1</b>	Priorizar, nas contratações públicas, matérias-primas de menor impacto ambiental ou regenerativas
		<b>A1.3.2</b>	Estimular a inclusão de critérios e metas de circularidade e de aquisição de produtos reciclados em renovações de contratos e novas contratações públicas
		<b>A1.3.3</b>	Estabelecer bonificações por desempenho para fornecedores que reduzirem a geração de resíduos e o consumo de água e energia durante o contrato
		<b>A1.3.4</b>	Integrar ao processo de contratações de edificações e infraestruturas a análise de requisitos de sustentabilidade dos materiais, dos métodos construtivos e das técnicas de execução
		<b>A1.3.5</b>	Estimular a inclusão de critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para equipamentos com índice de desempenho de eficiência energética classe A ou Ouro dos Selos Procel e Conpet

**Objetivo A2 - Incorporar critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas, com vistas à sua adequação às políticas de clima e de gestão ambiental e territorial**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
A2.1	Prevenir e minimizar os impactos das mudanças do clima nas contratações públicas	A2.1.1	Estabelecer requisitos de mitigação climática (redução e neutralização de emissões de gases de efeito estufa) nas licitações, conforme a Taxonomia Sustentável Brasileira e a norma ABNT NBR ISO 14068
		A2.1.2	Regulamentar a aplicação da Taxonomia Sustentável Brasileira, certificações e rótulos ecológicos nas contratações públicas
		A2.1.3	Realizar estudos sobre estratégias de adaptação e resiliência climática para produtos e serviços prioritários nas contratações públicas
A2.2	Medir a pegada de carbono das obras públicas	A2.2.1	Construir uma calculadora de pegada de carbono no Obrasgov.br, destinada a estimar a quantidade de CO <sub>2</sub> emitida por cada obra a partir de parâmetros técnicos do empreendimento, alinhada à norma ABNT NBR ISO 14064

**Objetivo A3 - Incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e da bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
A3.1	Expandir a contratação de soluções baseadas na bioeconomia e na biotecnologia sustentável	A3.1.1	Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação de soluções baseadas na bioeconomia e na biotecnologia sustentável
		A3.1.2	Expandir as contratações públicas de bioquímicos industriais básicos de origem renovável
		A3.1.3	Ampliar o percentual da frota de uso público movida à biocombustível, eletricidade, hidrogênio e outras fontes renováveis de energia
		A3.1.4	Priorizar produtos e serviços que participem de programas de certificação sustentável vinculados à conservação de biomas brasileiros
		A3.1.5	Priorizar e facilitar o acesso de fornecedores que adotam práticas de agricultura regenerativa, agroecologia ou outras técnicas de agricultura e manejo sustentável em contratos públicos

## EIXO ECONÔMICO

**Objetivo E1 - Incentivar a realização de investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico, o adensamento produtivo e a geração de emprego e renda**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
E1.1	Fortalecer a produção de bens e a prestação de serviço de setores nacionais estratégicos	E1.1.1	Articular com fundos nacionais de fomento como FNDCT e FNDIT, o financiamento de inovação em produtos e serviços que atendam demandas das contratações públicas sustentáveis
		E1.1.2	Expandir, divulgar e aprimorar instrumentos financeiros para fornecedores nas compras públicas contemplando garantias, antecipação de recebíveis, crédito de produção, capital de giro e adiantamento, entre outros
		E1.1.3	Incentivar investimentos para contratação de soluções inovadoras nacionais em setores estratégicos para o Estado
		E1.1.4	Criar programa de cofinanciamento público-privado para pesquisa e desenvolvimento associado a encomendas tecnológicas
		E1.1.5	Em projetos de concessão ou permissão pública financiados por fundos de investimento público ou privado, incentivar que um percentual mínimo do financiamento seja alocado em produtos com conteúdo nacional
		E1.1.6	Instituir programa de pré-compra garantida para setores estratégicos
E1.2	Incentivar a economia nacional por meio das contratações públicas	E1.2.1	Ampliar o uso do mecanismo de margens de preferência, previsto na legislação vigente, para estimular a contratação de produtos e serviços nacionais nas compras públicas
		E1.2.2	Regulamentar os critérios de verificação da origem de produtos e serviços com conteúdo nacional
E1.3	Aprofundar o alinhamento entre a política de compras e a política industrial	E1.3.1	Integrar a política de compras às iniciativas de adensamento de cadeias produtivas
		E1.3.2	Regulamentar que as contratações públicas apresentem alinhamento às metas do programa Nova Indústria Brasil e às suas cadeias produtivas priorizadas
		E1.3.3	Incentivar a criação de polos produtivos em alinhamento com o potencial industrial local e as demandas de contratações públicas
E1.4	Incentivar a soberania produtiva e tecnológica por meio das contratações públicas	E1.4.1	Regulamentar o uso de índices de industrialização nacional em complexidade produtiva e tecnológica como critério de bonificação nas contratações públicas com aplicação gradual por setores estratégicos

**Objetivo E2 - Promover a redução de desigualdades regionais e a desconcentração de renda**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
<b>E2.1</b>	Criar soluções para aumentar as contratações locais ou regionais	<b>E2.1.1</b>	Incentivar a formação de consórcios locais ou regionais, compostos por MEs, EPPs, cooperativas e associações, para participação em licitações públicas
		<b>E2.1.2</b>	Regulamentar cotas regionais de preferência para produtos e serviços
		<b>E2.1.3</b>	Regulamentar a avaliação de impacto regional de contratações públicas de grande vulto
		<b>E2.1.4</b>	Criar instrumentos e mecanismos para apoiar arranjos regionais de contratações que integrem temas como logística, inspeção, fiscalização e compartilhamento de tecnologias

**Objetivo E3 - Ampliar o acesso de microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, negócios locais e negócios de impacto às contratações públicas**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
<b>E3.1</b>	Criar soluções para aumentar as contratações de pequenos e médios negócios	<b>E3.1.1</b>	Aumentar, nas licitações, o limite do valor destinado exclusivamente à contratação de MEIs, MEs e EPPs
		<b>E3.1.2</b>	Aprimorar o Programa AntecipaGov com foco na antecipação de pagamento de contratos públicos para MEIs, MEs e EPPs
		<b>E3.1.3</b>	Aprimorar o Programa Credi + com foco na simplificação do acesso a produtos e serviços financeiros para os pequenos negócios
		<b>E3.1.4</b>	Criar selo “Fornecedor Público” com benefícios e reconhecimento para MEIs, MEs e EPPs
		<b>E3.1.5</b>	Criar o Programa de Pronto Pagamento para contratações públicas de negócios locais ou de impacto
		<b>E3.1.6</b>	Aumentar, nas licitações, o limite do percentual reservado para a aquisição de bens de natureza divisível fornecidos por MEIs, MEs e EPPs

## EIXO GESTÃO

**Objetivo G1 - Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
G1.1	Criar mecanismo de governança no tema de contratações públicas para gerar alinhamento de atuação entre União, Estados e Municípios	G1.1.1	Articular a adesão de entes federativos, ministérios, estatais e setor privado à Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável
		G1.1.2	Regulamentar a criação de um plano de ação de contratações públicas em nível estadual e municipal
		G1.1.3	Incentivar a integração dos instrumentos de planejamento das cidades ao plano de contratações públicas em nível municipal
		G1.1.4	Criar incentivos para entes federados que promovam mais redução de desigualdades regionais por meio de contratações públicas
		G1.1.5	Integrar nas políticas de desenvolvimento territoriais as demandas de contratações públicas
		G1.1.6	Criar "Área Temática de Compras" na Rede de Parcerias do governo federal
G1.2	Construir junto aos órgãos de controle entendimentos jurídicos comuns sobre contratações públicas	G1.2.1	Incentivar a unificação de orientações jurídicas entre AGU, PGEs, PGMs, MPs e TCs sobre contratações públicas
		G1.2.2	Incentivar a criação de um fórum para compartilhamento de práticas e elaboração de pareceres não vinculantes entre ATRICON, MP, AGU/PGEs/PGMs e Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

**Objetivo G2 - Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente**

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
G2.1	Criar instrumentos e mecanismos para incentivar a inovação em contratações públicas	G2.1.1	Criar programa de reconhecimento e premiação para práticas sustentáveis e inovadoras em compras
		G2.1.2	Promover co-contratação interfederativa de soluções inovadoras, por meio de compras compartilhadas, adesão a atas de registro de preços e consórcios públicos para ganho de escala e aceleração da difusão tecnológica
		G2.1.3	Criar plataforma nacional de desafios públicos para divulgar demandas, promover cooperação interfederativa e facilitar o desenvolvimento e a adoção de soluções pelo mercado e pelos órgãos públicos

<b>G2.1</b>	Criar instrumentos e mecanismos para incentivar a inovação em contratações públicas	<b>G2.1.4</b>	Apoiar iniciativas que ofereçam orientações técnicas, operacionais e jurídicas sobre compras de inovação
		<b>G2.1.5</b>	Regulamentar mecanismos de partilha de riscos para inovação
		<b>G2.1.6</b>	Criar sandbox regulatório em contratações públicas, com ambientes controlados para testar modelos inovadores com salvaguardas jurídicas
		<b>G2.1.7</b>	Incentivar contratações de inovação que mitiguem ou reduzam o impacto socioambiental de produtos e serviços, com foco em circularidade
		<b>G2.1.8</b>	Regulamentar instrumentos para incentivar as contratações públicas de inovação
<b>G2.2</b>	Estimular a atuação de ICTs para o tema de contratações públicas de inovação	<b>G2.2.1</b>	Incentivar prototipagem e certificação de tecnologias nacionais desenvolvidas no âmbito de contratos públicos por Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
	Estimular a atuação de ICTs para o tema de contratações públicas de inovação	<b>G2.2.2</b>	Fomentar o desenvolvimento de programas de soluções de inovação para contratações públicas por parques tecnológicos e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
<b>G2.3</b>	Estimular a contratação de inovação por fundos públicos	<b>G2.3.1</b>	Incorporar aos fundos públicos já existentes incentivos para contratações públicas de inovação
<b>G2.4</b>	Ampliar o uso da plataforma Contrata+Brasil	<b>G2.4.1</b>	Consolidar e ampliar o Contrata+Brasil como sistema de contratações públicas
		<b>G2.4.2</b>	Buscar soluções para o Contrata+Brasil, por meio da realização de uma maratona de Ciências Comportamentais
<b>G2.5</b>	Criar banco de boas práticas em contratações públicas	<b>G2.5.1</b>	Criar seção especial para Contratações Públicas Sustentáveis no VitrineGov com boas práticas e mapa de desafios e soluções

### Objetivo G3 - Aprimorar a eficiência das contratações públicas

Cód M	Objetivo específico	Cód I	Iniciativa
<b>G3.1</b>	Aprimorar o processo de planejamento das contratações públicas	<b>G3.1.1</b>	Exigir planejamento antecipado para compras agregadas federais, para promover o adequado atendimento da demanda governamental e a organização dos fornecedores
		<b>G3.1.2</b>	Integrar os Planos de Contratações Anual (PCA) e de Logística Sustentável (PLS) com a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável
		<b>G3.1.3</b>	Integrar os instrumentos de planejamento orçamentário aos planos de ação da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

<b>G3.2</b>	Internalizar nas contratações públicas a gestão de riscos (climáticos, econômicos, geopolíticos, sociais, logísticos, etc)	<b>G3.2.1</b>	Criar estratégias para reduzir a dependência estrangeira nas contratações públicas (análise de risco estratégico)
		<b>G3.2.2</b>	Regulamentar a exigência de que entes federados apresentem Plano de Logística Sustentável (PLS) a partir de suas demandas de contratações
		<b>G3.2.3</b>	Propor regramento para contratações públicas em situações de medidas de exceção, emergência ou calamidade
		<b>G3.2.4</b>	Implantar iniciativas de gestão de logística reversa e rastreabilidade de insumos, embalagens e resíduos nas entregas de contratos públicos
		<b>G3.2.5</b>	Criar processo de gestão de insumos críticos ao longo da cadeia de suprimentos
		<b>G3.2.6</b>	Integrar aos instrumentos de planejamento, implementação e execução de contratações públicas a análise de riscos socioambientais e de integridade
		<b>G3.2.7</b>	Fortalecer os processos de fiscalização das regras de proteção ambiental quando aplicadas às contratações públicas
<b>G3.3</b>	Simplificar a linguagem em contratos com MEs e EPPs	<b>G3.3.1</b>	Adotar nos modelos contratuais linguagem simplificada e acessível para MEs e EPPs
<b>G3.4</b>	Ampliar o uso dos sistemas de gestão de contratações públicas do governo federal	<b>G3.4.1</b>	Incentivar a adoção dos sistemas de gestão de contratações públicas do governo federal
<b>G3.5</b>	Aprimorar a plataforma do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	<b>G3.5.1</b>	Assegurar a implementação das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previstas em na Lei nº 14.133, de 2021

**Objetivo G4 - Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas**

<b>Cód M</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>G4.1</b>	Desenvolver infraestrutura e gestão de dados estratégicos das contratações públicas	<b>G4.1.1</b>	Estabelecer, monitorar e divulgar indicadores e metas de desempenho da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável
		<b>G4.1.2</b>	Desenvolver Índice de Maturidade em Compras para órgãos e entidades
		<b>G4.1.3</b>	Criar na plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações, painel nacional de riscos com indicadores preditivos e alertas para gestores e órgãos de controle

<b>G4.1</b>	Desenvolver infraestrutura e gestão de dados estratégicos das contratações públicas	<b>G4.1.4</b>	Criar comitê para governança e gestão de dados de contratações públicas
		<b>G4.1.5</b>	Identificar e priorizar questões de negócio que possam ser respondidas por meio de análises baseadas em dados, apoiando decisões estratégicas e operacionais
		<b>G4.1.6</b>	Desenvolver infraestrutura e processos de engenharia de dados para consolidar, integrar e disponibilizar informações estratégicas ao Observatório Interfederativo de Contratações, apoiando análises e estudos
		<b>G4.1.7</b>	Disponibilizar ferramentas e diretrizes para acesso seguro e controlado aos dados da plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações, conforme o perfil e a necessidade de cada tipo de usuário (parceiros, fornecedores, academia etc.)
		<b>G4.1.8</b>	Criar laboratório de dados abertos, promovendo desafios, hackathons e cooperação entre universidades e governo
<b>G4.2</b>	Estabelecer indicadores e metas de desenvolvimento econômico, social e ambiental para as contratações públicas	<b>G4.2.1</b>	Utilizar bases de dados estruturadas e modelos analíticos para informar decisões de compras sustentáveis e políticas de incentivo com evidências concretas
		<b>G4.2.2</b>	Criar na plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações, painel de acompanhamento de impacto econômico dos fornecedores nas compras públicas (emprego, renda, sobrevivência empresarial)
<b>G4.3</b>	Desenvolver modelo de análise de impacto regional	<b>G4.3.1</b>	Desenvolver o Modelo de Análise de Impacto Regional Socioeconômico e Ambiental – MIRA
<b>G4.4</b>	Compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas	<b>G4.4.1</b>	Desenvolver parceria com Receita Federal do Brasil a fim de compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas
		<b>G4.4.2</b>	Criar metodologia para utilização da base nacional de notas fiscais eletrônicas para pesquisa de preço em contratações públicas
		<b>G4.4.3</b>	Coordenar a publicação dos dados de notas fiscais eletrônicas referentes a contratações públicas para fins de transparência ativa

**Objetivo G5 - Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica**

<b>Cód M</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>G5.1</b>	Aprimorar plataformas virtuais de compras e contratos	<b>G5.1.1</b>	Criar módulo do Contratos.gov.br para contratos por desempenho, com metas, monitoramento contínuo e pagamentos vinculados a resultados
		<b>G5.1.2</b>	Integrar sistemas de coleta e registro de dados à execução e fiscalização contratual, permitindo o envio e a consolidação de medições, registros fotográficos, georreferenciamento e sensores automatizados, quando aplicável
		<b>G5.1.3</b>	Implantar módulo nacional de gestão de riscos contratuais, com alertas automáticos, controle de prazos e geração de relatórios em tempo real
		<b>G5.1.4</b>	Disponibilizar assistente virtual com inteligência artificial para apoio à elaboração, revisão e análise de conformidade de documentos de contratações públicas
		<b>G5.1.5</b>	Criar módulo de gestão de garantias contratuais, com acompanhamento automático de prazos, valores e liberações
		<b>G5.1.6</b>	Disponibilizar ferramenta nacional para gestão e execução de contratos considerando indicadores dos ODS e a Política de ASG (Ambiental, Social e Governança) para fornecedores
		<b>G5.1.7</b>	Adotar padrões abertos e software livre quando vantajoso, disponibilizando catálogo federal de padrões e componentes reutilizáveis
		<b>G5.1.8</b>	Aprimorar experiência do usuário nos sistemas de compras e contratos
<b>G5.2</b>	Aprimorar sistemas de gestão das contratações públicas	<b>G5.2.1</b>	Integrar nos sistemas de gestão das contratações públicas dados de impacto econômico, ambiental e social
		<b>G5.2.2</b>	Disponibilizar ferramenta nacional para gestão de planos de neutralização de carbono em contratações públicas
		<b>G5.2.3</b>	Desenvolver módulo de simulação de cenários e projeção de impactos para compras sustentáveis, integrado às etapas de planejamento
		<b>G5.2.4</b>	Incluir marcador de contratações que contribuam para metas da Nova Indústria Brasil - NIB no processo de acompanhamento das contratações públicas
<b>G5.3</b>	Ofertar ferramentas que confirmam previsibilidade sobre as compras dos governos para o setor privado	<b>G5.3.1</b>	Aprimorar as plataformas digitais de compras públicas, ampliando os canais de interação direta entre governo e fornecedores e integrando informações sobre capacitação, habilitação e reconhecimento
		<b>G5.3.2</b>	Desenvolver sistema integrado de inteligência de mercado em compras públicas, com painéis digitais e relatórios periódicos sobre tendências de demanda, preços e oferta

**Objetivo G6 - Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos**

<b>Cód M</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>G6.1</b>	Criar soluções para capacitação em contratações públicas	<b>G6.1.1</b>	Promover a formação de servidores públicos em contratações públicas sustentáveis
		<b>G6.1.2</b>	Criar o Programa nacional de formação técnica em contratações públicas sustentáveis, em parceria com MEC, Institutos Federais e Escola Nacional de Administração Pública, para oferta regular de cursos técnicos aos futuros agentes de contratação e fornecedores
		<b>G6.1.3</b>	Estabelecer requisitos mínimos de capacitação e atualização periódica para profissionais da área de contratações públicas, conforme a função
		<b>G6.1.4</b>	Exigir, como parte do processo de formação obrigatória de agentes públicos, o uso de simuladores e laboratórios de compras para treinamento de funções relacionadas com contratações públicas
		<b>G6.1.5</b>	Disponibilizar material sobre contratações públicas sustentáveis com orientações técnicas e normativas padronizadas para gestores
		<b>G6.1.6</b>	Criar rede nacional de instrutores certificados em contratações públicas sustentáveis
		<b>G6.1.7</b>	Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas sustentáveis para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais
		<b>G6.1.8</b>	Fomentar a criação de núcleos estaduais de apoio técnico itinerante para capacitação local
		<b>G6.1.9</b>	Realizar capacitações conjuntas para órgãos de diferentes esferas
		<b>G6.1.10</b>	Criar programa de formação no tema de propriedade intelectual aplicado às contratações públicas de inovação
		<b>G6.1.11</b>	Criar capacitações sobre certificações ambientais aplicadas às contratações públicas
		<b>G6.1.12</b>	Orientar acerca da aplicação de critérios de qualidade nos produtos como diferencial técnico
		<b>G6.1.13</b>	Promover capacitação e conscientização sobre impacto socioambiental nas compras públicas

<b>G6.1</b>	Criar soluções para capacitação em contratações públicas	<b>G6.1.14</b>	Instituir função gratificada específica para pregoeiros e agentes de contratação, reconhecendo a complexidade e a responsabilidade dessas atividades
		<b>G6.1.15</b>	Elaborar guia de uso de evidências com padrões de análise, mitigação de vieses e tomada de decisão responsável
		<b>G6.1.16</b>	Formar lideranças e alta gestão em compras públicas com foco em risco, evidências e valor público
<b>G6.2</b>	Criar soluções digitais para capacitação em contratações públicas	<b>G6.2.1</b>	Criar plataforma de capacitação digital contínua para agentes de contratação e fornecedores, com cursos gamificados e certificação automática
		<b>G6.2.2</b>	Criar plataforma nacional de conhecimento em compras sustentáveis, reunindo modelos de estudos técnicos preliminares, termos de referência e editais por tipo de objeto, biblioteca de especificações sustentáveis, repositório de boas práticas e soluções em código aberto

**Objetivo G7 - Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas**

<b>Cód M</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>G7.1</b>	Preparar fornecedores para atender à demanda estatal	<b>G7.1.1</b>	Criar mecanismos de preparação de fornecedores para atender à demanda estatal
<b>G7.2</b>	Criar mecanismos de diálogo com fornecedores	<b>G7.2.1</b>	Implementar pesquisas de percepção com fornecedores para avaliar sua experiência no processo de fornecimento para o governo
		<b>G7.2.2</b>	Instituir mecanismos de escuta ativa dos fornecedores para fortalecer a confiança entre setor público e privado promovendo melhoria contínua das contratações públicas
		<b>G7.2.3</b>	Promover iniciativas de interação inovadora com fornecedores, incluindo hackathons, rodadas de negócios regionais e publicações de casos de sucesso em compras públicas
		<b>G7.2.4</b>	Promover programas de diálogo setorial entre governo, órgãos de compras e setor privado, incluindo intercâmbio de experiências
		<b>G7.2.5</b>	Estabelecer canal oficial de comunicação digital entre fornecedores e órgãos públicos, com registro de interações e integração aos processos licitatórios

<b>G7.3</b>	Criar mecanismos de certificação de fornecedores	<b>G7.3.1</b>	Criar sistema de registro e certificação de desempenho na execução de contratos públicos por MEIs, MEs e EPPs, para fortalecer sua reputação e ampliar oportunidades de contratação
		<b>G7.3.2</b>	Apoiar fornecedores para obtenção de certificações e selos de qualidade e sustentabilidade
		<b>G7.3.3</b>	Criar programa de avaliação e certificação voluntária de fornecedores, reconhecendo boas práticas de conformidade e de ASG (Ambiental, Social e Governança), capacidade de entrega e desempenho em contratações públicas
<b>G7.4</b>	Facilitar o acesso de fornecedores nacionais às contratações públicas	<b>G7.4.1</b>	Mapear o processo de contratações públicas, visando simplificar o processo para produtores nacionais e MEs e EPPs
		<b>G7.4.2</b>	Simplificar o processo de habilitação de fornecedores em contratações públicas
		<b>G7.4.3</b>	Simplificar a comprovação de capacidade técnica das ME e EPP
		<b>G7.4.4</b>	Realizar e fomentar ações de desenvolvimento para fornecedores de regiões com menor dinamismo econômico e de grupos sub-representados para ampliar o acesso às compras públicas
		<b>G7.4.5</b>	Criar painel público com ranking de fornecedores sustentáveis contratados pelo governo
		<b>G7.4.6</b>	Promover a busca ativa de fornecedores nacionais para contratações públicas